

nº. **15**

jornal do CONASS -
conselho nacional de
secretários de saúde
ISSN 1413-1579



consensus

setembro / 2005



DESARME-SE

POR UM PACTO EM DEFESA DA VIDA

O CONASS apóia o desarmamento.

Nesta edição do Consensus, apresentamos dados sobre a mortalidade e a morbidade decorrentes das armas de fogo

Em defesa da vida

MARCUS PESTANA
Presidente do CONASS

A construção de consensos entre os gestores estaduais, os municipais e o Ministério da Saúde passa por um pacto em defesa da vida, que não se restringe apenas à melhoria dos mecanismos de gestão do Sistema Único de Saúde. O pacto em defesa da vida deve estruturar-se em torno de metas mobilizadoras que promovam a saúde da população, desde a redução da mortalidade materna e infantil, a redução da violência por armas de fogo, a melhoria da qualidade de vida dos idosos até a garantia de acesso de qualidade às ações e aos serviços do SUS.

Apresentamos, nesta edição do **Consensus**, um panorama sobre a violência por armas de fogo no país. Como o impacto da violência na saúde da população brasileira é, historicamente, medido pelos dados de mortalidade, não podemos nos silenciar sobre a gravidade do tema.

Segundo dados do Ministério da Saúde, 270 mil brasileiros morreram por arma de fogo na década de 1990, o que equivale a uma taxa média de 19,4 mortes por 100 mil habitantes. Nos anos de 2002, 2003 e 2004, a taxa de mortalidade foi, respectivamente, de 22; 22,4; e 20,3 mortes por 100 mil habitantes. Nos países desenvolvidos da Europa e da Ásia, essa taxa expressa-se inferior a 2 mortes por 100 mil habitantes.

Em 2002, foram registradas 37.978 mortes por armas de fogo; em 2003, 39.325; em 2004, 36.091. Para se ter uma idéia, em 2003, morreram aproximadamente nove pessoas a cada duas horas por armas de fogo. Mas ao limitar-se às mortes por armas de fogo, o problema não é inteiramente revelado. Faltam informações sobre aqueles que foram feridos, contudo não morreram, ou que, pelo menos, tiveram oportunidade de se internar em hospitais. As maiores vítimas das armas de fogo são jovens do sexo masculino e moradores de áreas carentes das periferias metropolitanas, que correspondem à faixa mais produtiva da população.

No mês de setembro, foram divulgadas duas pesquisas sobre a redução da mortalidade por armas de fogo após o início da Campanha do Desarmamento, em julho de 2004. As pesquisas da Unesco e do Ministério da Saúde mostram que, no ano passado, um número significativo de vidas foram poupadas. Conforme o Ministério da Saúde, 3.234 pessoas deixaram de ser vítimas das armas de fogo no país, nesse período. A adesão da sociedade à Campanha do Desarmamento superou as expectativas do próprio governo: mais de 430 mil armas foram entregues espontaneamente.

O CONASS reafirma o apoio a favor do desarmamento. A Secretaria Executiva do CONASS elaborou material técnico a partir do qual as Secretarias Estaduais de Saúde (SESS) poderão levar à população dados relevantes sobre o tema. São informações epidemiológicas com o propósito de subsidiar os gestores no processo de reconhecimento da situação nos seus territórios e de planejamento de políticas e ações integradas em prol da saúde, contra a violência e a favor do desarmamento.

Contamos com o apoio das SESS para que os esforços sejam multiplicados a favor do desarmamento. A participação de todos é imprescindível para a construção de um cenário mais positivo, com menos óbitos por armas de fogo e menos violência. Levar essa mensagem a toda a sociedade é papel fundamental dos gestores do SUS.

Custos das Internações no SUS por armas de fogo

Em 2004, os custos no Sistema Único de Saúde com as 19.687 internações causadas por lesões de armas de fogo (PAF) somaram quase R\$ 19 milhões. O levantamento foi feito pela assessoria técnica do CONASS, utilizando dados do Sistema de Informações Hospitalares (SIH) do Ministério da Saúde. Ressalta-se que os dados dos SIH permitem identificar os custos de internação de forma parcial. Entre os limites a serem considerados, vale citar que as análises referem-se somente aos recursos despendidos pela esfera federal; não incluem outros recursos complementares como os gastos dos Estados e dos municípios. Outro problema é que, por se tratar de dados de internações ocorridas na rede SUS, o levantamento abrange apenas parte da rede hospitalar existente no país, ou seja, não estão incluídos gastos realizados com internações em outros estabelecimentos de saúde da rede privada. Além disso, não estão sendo considerados os custos com tratamento e reabilitação das vítimas por armas de fogo.

O tempo médio de internações no SUS é de aproximadamente sete dias. As internações por lesões ocasionadas por armas de fogo são em grande parte letais e apresentam alto custo.

Segundo estudo de Weaver & Maddaleno, publicado em 1999, estima-se que na América Latina os custos econômicos anuais de mortes e invalidez resultantes de atos violentos representam, aproximadamente, 20% dos gastos totais de cada país com a saúde.

| Categorias/Causas | Custos em Reais |
|---|----------------------|
| Projétil de revólver Rifle espingarda armas de fogo de maior tamanho Projéteis de outras armas de fogo e das NE | 4.199.804,83 |
| Lesão autoprov. intenc. disp. arma de fogo de mão Lesão autoprov. intenc. disp arma fogo maior calibre Lesão autoprov. intenc. disp outra arma fogo e NE | 337.947,80 |
| Agressão disparo de arma de fogo de mão Agressão disparo de arma de fogo de maior calibre Agressão disparo outra arma de fogo ou NE | 13.918.161,32 |
| Disparo de pistola intenção não determinada Disparo arma de fogo maior calibre intenc. não determinada Disparo outra arma fogo e NE intenc. não determinada | 528.775,14 |
| Total de Gastos com internações por armas de fogo | 18.984.689,09 |

consensus 

Consensus é uma publicação mensal do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), de distribuição gratuita. Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores.

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Marcus Pestana, Vanessa Pinheiro,
Júlio Müller, René Santos

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Vanessa Pinheiro
RP 29.378/DF

ESTAGIÁRIA DE JORNALISMO
Adriane Cruz

Revisão
Gisela Avancini

PROJETO GRÁFICO
Fernanda Goulart

LAYOUT E DIAGRAMAÇÃO
Ad Hoc Comunicação

IMPRESSÃO E FOTOLITO
Acqua Digital

TIRAGEM
5.000 exemplares

ENDEREÇO E TELEFONE
Esplanada dos Ministérios (EMI),
Bloco G, sala 148 B

Ministério da Saúde — Ed. Anexo
70.058-900 — Brasília - DF
Tel: (61) 3315-2206
Fax: (61) 3315-2894

E-MAILS
conass@conass.org.br
consensus@conass.org.br

INTERNET
www.conass.org.br



CONASS apóia o Desarmamento



DESARME-SE

POR UM PACTO EM DEFESA DA VIDA

O apoio dos Secretários Estaduais de Saúde em relação ao desarmamento foi reafirmado durante a 10ª Assembléia do CONASS, realizada no dia 14 de setembro, em Brasília. Para oficializar a posição, está prevista para o início de outubro uma reunião com o coordenador da Frente Parlamentar Por um Brasil Sem Armas, o senador Renan Calheiros, em Brasília.

O presidente do CONASS, Marcus Pestana, explicou que a demanda partiu do Secretário Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, Gilson Cantarino, durante a Assembléia do CONASS do mês de agosto, em Fortaleza, Ceará.

Para subsidiar as Secretarias Estaduais de Saúde (SESS) sobre a violência cometida com armas de fogo, a Secretaria Executiva do CONASS levantou dados epidemiológicos e resultados parciais sobre o impacto da Campanha do Desarmamento na saúde pública.

A logomarca apresentada nesse jornal, um alvo com a cruz ao centro, simboliza o impacto da violência na

Óbitos por armas de fogo no Brasil

2002 – 37.978

2003 – 39.325

2004 – 36.091

Fonte – Ministério da Saúde

saúde e representa o apoio do CONASS ao desarmamento. No slogan "Desarme-se: por um pacto em defesa da vida", o CONASS ratifica o compromisso dos gestores estaduais do SUS com um Pacto em Defesa da Vida, que não se restringe a uma melhoria dos mecanismos de gestão do SUS, mas visa melhorar as condições de vida e de saúde dos brasileiros.

Segundo dados do Ministério da Saúde, cerca de 52% das internações por armas de fogo entre os menores de 14 anos foram por causa acidental. O perfil das internações muda quando observados os registros entre os maiores de 14 anos: 63% das internações ocorrem em razão de homicídios.

Também foi apresentado aos Secretários o quadro de 2001 (ao lado) sobre a taxa de mortalidade por agressões nos Estados. Observou-se que Pernambuco apresentou maior risco de morte por agressões (homicídios) seguido por Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rondônia e São Paulo. O Estado de Santa Catarina apresentou o menor risco.

Os dados chamaram a atenção dos Secretários. Para o Secretário Estadual de Saúde de São Paulo, Luiz Roberto Barradas, é um dever de cidadão alertar a sociedade para a crescente taxa de mortalidade por armas de fogo, principalmente, quando as maiores vítimas são jovens que estão na faixa mais produtiva da vida, dos 15 aos 29 anos.

Segundo o Secretário Estadual de Saúde de Goiás, Fernando Cupertino, a posição do CONASS tem a ver com a necessidade de redução das mortes e das seqüelas produzidas pela utilização irresponsável das armas de fogo. "Será preciso, além disso, criar mecanismos que impeçam que as armas continuem nas mãos de marginais e daqueles que as utilizam irresponsavelmente", acrescenta.

Na mesma linha, segue a posição do Secretário Estadual de Saúde do Ceará, Jurandi Frutuoso. "Entre 1979 e 2003, as vítimas de armas de fogo cresceram 461,8%, quando a população do país cresceu 51,8%. Diante dessa realidade, o CONASS, colegiado de Secretários de Saúde e cidadãos, não tem escolha. Há um só caminho: todos a favor do desarmamento", finaliza.

Taxa de mortalidade por agressões (homicídios) nos Estados brasileiros em 2001

| Estados | Taxa padronizada 100 mil habitantes |
|---------------------|-------------------------------------|
| Rondônia | 40,3 |
| Acre | 22,4 |
| Amazonas | 17,4 |
| Roraima | 32,8 |
| Para | 15,9 |
| Amapá | 38,0 |
| Tocantins | 18,2 |
| Maranhão | 10,8 |
| Piauí | 9,7 |
| Ceará | 18,3 |
| Rio Grande do Norte | 11,8 |
| Paraíba | 14,6 |
| Pernambuco | 58,4 |
| Alagoas | 31,0 |
| Sergipe | 29,5 |
| Bahia | 12,1 |
| Minas Gerais | 12,8 |
| Espírito Santo | 44,7 |
| Rio de Janeiro | 45,6 |
| São Paulo | 38,6 |
| Paraná | 20,3 |
| Santa Catarina | 8,2 |
| Rio Grande do Sul | 17,8 |
| Mato Grosso do Sul | 27,7 |
| Mato Grosso | 36,0 |
| Goiás | 21,4 |
| Distrito Federal | 31,0 |

*Taxa padronizada por sexo e idade.

Fonte: Secretaria de Vigilância em Saúde / MS / Brasil.



SENADOR RENAN CALHEIROS

A partir do dia 1º ao dia 20 de outubro, as Frentes Parlamentares do Congresso Nacional a favor e contra a comercialização das armas de fogo e munição estréiam suas campanhas de divulgação em rádio e televisão. A Frente Parlamentar por um Brasil Sem Armas, liderada pelo presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, faz a campanha pelo voto "sim". A idéia central dessa frente é a de que a segurança pública é um dever do Estado, pelo qual todos devem lutar.

Calheiros foi o autor do primeiro projeto pelo desarmamento no Brasil, quando era ministro da Justiça, em 1998/1999.

Veja a seguir a entrevista que Renan Calheiros concedeu ao Consensus.

Em defesa da vida e pela cultura da paz

CONSENSUS – Quais são os argumentos da Frente Parlamentar por um Brasil Sem Armas?

RENAN CALHEIROS – Nós temos mais de mil motivos para dizer "sim" no referendo, todos eles diretamente ligados às tragédias cotidianas que a população está saturada de assistir. Não se trata de "achismos". São estatísticas, números científicos que demonstram que houve uma banalização da arma de fogo no Brasil. Vejamos alguns exemplos muito eloqüentes: o Brasil tem 2,8% da população mundial e responde por cerca de 9% dos homicídios cometidos por armas de fogo em todo o planeta. Isso significa dizer que, no Brasil, o cidadão tem três vezes mais chances de morrer assassinado por uma arma do que em qualquer outro país da Terra, até mesmo os que há décadas vivem em guerra civil, em conflitos étnicos ou territoriais. De acordo com a Unesco, de 1979 até 2003, exatas 550.028 pessoas morreram vítimas de arma de fogo no Brasil. Entre 1979 e 2003, o número de vítimas de arma de fogo cresceu a uma absurda cifra de 461%. Frise-se que 44,1% das vítimas eram de jovens entre 15 e 24 anos. Mais que isso: 60% dos crimes cometidos no Brasil por arma de fogo são por motivos fúteis. Eles se dão em virtude de uma briga, uma discussão acalorada, um desentendimento ocasional entre pessoas que não têm antecedentes criminais. Ou seja, a existência de uma arma faz que momentos acirrados transformem-se em tragédias. Na raiz do problema, está a banalização da arma de fogo. Além de uma questão pontual, de que iremos reduzir gradativamente o número de mortes, é uma mudança de filosofia que pode ser exemplo para o mundo. Vamos trocar uma cultura de violência por uma cultura de paz. Só teremos a ganhar. Não é por outro motivo que oito entre dez brasileiros, dizem os institutos de pesquisas como Ibope e Datafolha, estão dizendo "sim". Vamos acabar com o comércio de arma de fogo e munição em todo o Brasil.

CONSENSUS – Como estão as mobilizações nos Estados sobre o desarmamento?

RENAN CALHEIROS – Além de amplo apoio na sociedade, temos comitês por um Brasil Sem Armas nos Estados e estamos visitando todo o país para difundir essa causa. Vamos intensificar esse debate à medida que se aproxima a realização do referendo. Estamos fazendo debates, palestras e caminhadas pela paz no Brasil e estamos tendo grande receptividade.

CONSENSUS – O senhor acredita que a divulgação em

rádio e TV sobre o tema vai ser suficiente para motivar os brasileiros a cumprirem com o dever de cidadão, no dia 23 de outubro, e convencê-los sobre a proibição da venda de armas e munição?

RENAN CALHEIROS – Tenho convicção de que essa mobilização terá a resposta positiva da sociedade. Afinal, é um tema que diz respeito ao dia-a-dia das pessoas, à sua segurança. Há uma compreensão muito nítida do problema. A sociedade sabe que, no dia 23 de outubro, ela própria irá decidir que futuro deseja para si e para seus filhos. O país campeão de mortes por arma de fogo ou um Brasil em paz, cada vez menos armado. Acho que o referendo terá um comparecimento à urna acima do esperado.

CONSENSUS – Como vai funcionar a campanha da Frente Parlamentar por um Brasil Sem Armas na TV e no rádio?

RENAN CALHEIROS – Essa campanha terá início no dia 1º de outubro. Vamos mostrar ao Brasil, com números, casos e estatísticas, que vivemos em uma verdadeira epidemia de violência. Tal como todas as epidemias, vamos combatê-la e tenho certeza de que teremos o necessário apoio da sociedade. Esse é o primeiro referendo do mundo sobre esse tema. Teremos uma campanha leve e de alto nível. Temos uma história sobre esse tema que vem desde 1999, quando eu era ministro da Justiça e começamos esse debate que é muito saudável e construtivo. São seis anos de amadurecimento da discussão e de nossas idéias, os exemplos de outros países que adotaram legislação de redução do comércio de armas serão levados ao ar nos programas de rádio e televisão.

CONSENSUS – A violência diminuiu em países que proibiram a venda de armas de fogo e munição para a população?

RENAN CALHEIROS – Tivemos exemplos exitosos em vários países do mundo, até em países em desenvolvimento. Mas não precisamos ir muito longe, basta ver os recentes dados do SUS (Sistema Único de Saúde) que indicaram uma redução de 8,2% no número de pessoas assassinadas em 2004, comparando-se com 2003. Isso é muito simples. Depois de 13 anos

com taxas crescentes de mortes por armas de fogo, em 2004, mais de 3,2 mil vidas foram preservadas porque 443 mil armas saíram de circulação. O dado concreto que se tem é este: redução do número de armas em circulação é igual à redução do número de vítimas.

CONSENSUS – Quais são os interesses dos que estão por trás da aprovação da comercialização da arma de fogo?

RENAN CALHEIROS – Nós vamos lutar pela afirmação do bem supremo, o maior deles, que é a vida. Não sei por qual valor lutam aqueles que defendem os fabricantes de armas. Os poucos que vejo defendendo armas têm interesses diretamente no negócio. Vejo a indústria de armas e um segmento pequeno do comércio nesta posição. Basta olhar a campanha que estamos produzindo. É um pool de voluntários. Isso é que diferencia o pessoal do SIM. Será quase tudo gratuito e transparente. Nossa prestação de contas será feita na Internet e nos programas de rádio e televisão, e todos saberão quem são nossos doadores e como será empregada a doação.

CONSENSUS – Qual o peso da posição dos Secretários Estaduais da Saúde a favor do desarmamento?

RENAN CALHEIROS – Esse é um apoio que recebo, particularmente, com muita satisfação; é quem está na ponta da linha da violência e sofre todos os dias com ela. Os Secretários de Saúde, como os familiares das vítimas, sabem que violência não é uma estatística fria em uma planilha de computador. Ela é de carne e osso, provoca dores pesadas e perdas irreparáveis. Os Secretários de Saúde vivem isso cotidianamente. Eles têm a consciência exata do quanto o fim da venda de armas contribuirá para reduzir o número de vítimas fatais e feridos por armas de fogo. Faço esse registro sem entrar em outra questão que é o enorme gasto da rede pública de Saúde com vítimas de armas de fogo. Este será um apoio importantíssimo e trará muitas contribuições para essa campanha cívica. Parabênito e congratulo-me com o CONASS por esta opção que, tenho certeza, é a melhor para o Brasil que nós queremos construir.

Referendo do Desarmamento

Brasileiros decidirão o futuro do comércio de armas de fogo e munição

No dia 23 de outubro, a população irá às urnas. Mas, dessa vez, não será para eleger seus representantes. Neste dia, a população terá de responder a pergunta: o comércio de arma e munição deve ser proibido no Brasil?

O Referendo é uma forma de consulta popular prevista no artigo 14 da Constituição brasileira. Dessa forma, o cidadão manifesta-se sobre uma lei após ela estar constituída, ratificando ou rejeitando o que lhe é submetido. No caso em questão, o referendo será sobre o artigo 35, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, chamada de "Estatuto do Desarmamento", o qual diz: "É proibida a comercialização de arma de fogo e munição em todo o território nacional, salvo para as entidades previstas no art. 6º desta Lei".

A Lei nº 10.826 começou a vigorar no dia 23 de dezembro de 2003, no dia seguinte à sanção do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, quando foi publicada no Diário Oficial da União.

As urnas eletrônicas serão utilizadas em todo o país para a escolha da população. O povo deverá utilizar as teclas: nº 1 – para dizer "não"; nº 2 – para dizer "sim" ou as teclas



"anula" e "branco", caso queira anular o voto ou não opinar sobre a proibição do comércio de armas e munição no Brasil.

Para a escolha das teclas que representarão o "sim" e o "não", foi realizado um sorteio no dia 9 de agosto no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

CAMPANHA DO DESARMAMENTO

Mais de 450 mil armas de fogo foram entregues espontaneamente pela população brasileira à Polícia Federal e ao Exército desde o início da Campanha do Desarmamento, no dia 15 de julho de 2004.

A entrega em âmbito nacional superou as expectativas do Ministério da Justiça. Esperava-se que 80 mil armas fossem recolhidas até o dia 23 de dezembro do ano passado, mas, nesta data, mais de 200 mil armas tinham sido entregues – o que estimulou o governo a prorrogar o recolhimento até o dia 23 de junho deste ano. Contudo, a adesão da população foi ainda maior e o prazo de entrega das armas de fogo foi novamente prorrogado. Dessa vez, até o dia 23 de outubro de 2005.

A campanha do desarmamento está atuando de forma distinta nas diferentes Unidades da Federação e nas regiões do país. O resultado é observado nas taxas de recolhimento de armas por 100 mil habitantes e classificadas como baixa (números menores que 90 armas

Destaque

a cada 100 mil habitantes), média (números entre 90 e 180 armas a cada 100 mil habitantes) e alta (números maiores que 180 armas a cada 100 mil habitantes).

Os melhores resultados da Campanha foram apresentados nos Estados de Sergipe (460,2 armas por 100 mil habitantes), Distrito Federal (258,8), Santa Catarina (204,6), Rio de Janeiro (193,2), Pernambuco (192,2) e São Paulo (188,8). Com os piores resultados estão os Estados do Maranhão (38,1), Rondônia (57,5), Pará (62,2), Bahia (45,1) e Minas Gerais (59,3).

Até o dia 23 de outubro, a população poderá entregar as armas, inclusive aquelas que estiverem ilegais, e receber uma indenização.

O único requisito para a entrega voluntária da arma são a apresentação de conta-corrente em algum banco, nome e CPF para que seja feito o pagamento da indenização pela Polícia Federal. Não é necessário nenhum tipo de identificação de pessoa física ou jurídica.

A Campanha do Desarmamento foi uma iniciativa do governo federal a fim de promover uma cultura de paz no Brasil. O espírito da campanha, segundo o Ministério da Justiça, é mobilizar o cidadão de bem, uma vez que este é vítima de acidentes domésticos e está sujeito a situações de risco como reação a assaltos e brigas de trânsito. Essa conclusão veio, principalmente, dos altos índices de mortes por essas causas.

A Unesco considerou a Campanha do Desarmamento uma das melhores estratégias de promoção da paz já desenvolvidas na história do Brasil. A Campanha recebeu o Prêmio Unesco 2004 na categoria Direitos Humanos e Cultura da Paz.

Vidas Poupadas

Além da adesão da população na entrega das armas, duas pesquisas recentes comprovam que a Campanha do Desarmamento está dando certo. Utilizando referências distintas, ambas constataram redução no número de mortes por armas de fogo no Brasil, em 2004.

A primeira, realizada pelo Ministério da Saúde para medir o impacto do desarmamento no índice nacional de mortalidade por arma de fogo, constatou que no ano passado o número de óbitos caiu 8,2% em comparação a 2003. Essa queda representa 3.234 vítimas a menos. A pesquisa usou como referência o número de mortes em 2004 comparado ao ano anterior.

A pesquisa mostra ainda uma diminuição de 1.960 óbitos em São Paulo, entre os anos de 2003 e 2004. No Rio de Janeiro, houve um decréscimo de 672 óbitos em 2004 comparado a 2003.

Neste estudo, os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro foram em números absolutos os que mais contribuíram para a redução de óbitos no país.

Já o estudo feito pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), em parceria com os Ministérios da Justiça e da Saúde, verificou que foram evitadas 5.563 mortes em 2004. A redução do número de mortes chegou a 15,4%. O estudo "Vidas Poupadas – O Impacto do Desarmamento no Brasil" avaliou as vidas que foram poupadas segundo a tendência histórica crescente, ou seja, comparando as mortes contabilizadas em 2004 com os óbitos esperados no período se os números continuassem a subir, como ocorria há 13 anos. O estudo utilizou a técnica de análise de seqüências temporais de 1999 a 2004. O conceito de vidas poupadas surgiu da diferença entre o número de mortes registradas e o de mortes previstas em 2004.

De acordo com a pesquisa do Ministério da Saúde – que embasou o estudo da Unesco –, a mortalidade por arma de fogo atinge especialmente o homem. Ainda segundo a pesquisa, na faixa etária dos 15 aos 29 anos, as armas de fogo matam mais que doenças respiratórias, infecciosas, cardiovasculares, acidentes de trânsito e demais causas externas.

GOIÁS**FERNANDO CUPERTINO**

Até o mês de agosto deste ano, 95 vítimas de ferimentos com armas de fogo foram atendidas no Hospital de Urgências de Goiânia (HUGO), sendo que 15 morreram. Em 2003, foram 133 atendimentos e 13 óbitos e em 2004, 124 atendimentos e 12 óbitos. A estatística do hospital mostra, nesses três anos, a predominância de vítimas do sexo masculino e da faixa etária de 18 a 34 anos, além do crescimento do número de ocorrências e de vítimas fatais.

RONDÔNIA

O governador de Rondônia, Ivo Cassol, participou do 1º Fórum Regional de Discussão da Saúde Pública, no dia 21 de setembro, em Cacoal, para discutir propostas e alternativas para sanar e minimizar os problemas de saúde pública no Estado. O evento foi coordenado pelos representantes da Secretaria Estadual de Saúde (Sesau) e dos municípios de Cacoal, Pimenta Bueno, Espigão D' Oeste e Rolim de Moura. O secretário da Sesau, Milton Moreira, vereadores da

região e autoridades também participaram do fórum. "Nossa administração tem buscado de todas as maneiras a discussão de idéias e projetos, sempre de forma democrática, primando pela participação e por parcerias", afirmou Ivo Cassol.

No encontro, foi discutida a situação do Hospital Regional de Cacoal (HRC), que há mais de 12 anos teve construção iniciada e não concluída. A obra está embargada pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Outro assunto abordado no encontro foi as obrigações de atendimento de cada esfera pública, que são determinadas por meio da pactuação entre governo federal, Estado e municípios. A pactuação é dividida em atendimentos de baixa, média e alta complexidade.

PERNAMBUCO**GENTIL PORTO**

A SES/PE está contratando 70 estagiários para atuar nas 10 Gerências Regionais de Saúde do Estado (Geres). A iniciativa surgiu de um convênio entre a SES e a Superintendência Estadual de Apoio à

Pessoa com Deficiência, para estimular o ingresso no mercado de trabalho dos portadores de necessidades especiais.

PARAÍBA**REGINALDO TAVARES**

O Governo da Paraíba, por meio de sua Secretaria Estadual de Saúde, tem reunido todos os municípios em uma série de encontros regionais, com vistas à construção de forma democrática e participativa do novo Plano Diretor de Regionalização (PDR) do Estado, que permita melhorar a assistência prestada atualmente à população. Iniciada no mês de julho, a série de encontros será encerrada nos dias 21 e 22 de outubro, em João Pessoa.

O Secretário Estadual de Saúde, Reginaldo Tavares, acredita que só com a ajuda da sociedade encontrará uma solução para os problemas do setor. O Secretário vai trabalhar em duas frentes: na elaboração de um novo Plano Diretor de Regionalização e no ajustamento da Programação Pactuada Integrada.

SÃO PAULO

O Estado de São Paulo entrou na reta final para produzir uma vacina brasileira contra a raiva humana. O novo imunizante, mais eficaz e barato, foi desenvolvido pelo Instituto Butantan, órgão da Secretaria Estadual de Saúde, e será fabricado em escala comercial a partir de 2006. Testado com sucesso em camundongos e macacos, a vacina passou por uma prova animal final, sendo injetada em cerca de 200 seres humanos, em estudo realizado pelo Instituto Pasteur, também da Secretaria.

Em outubro, a Secretaria deve encaminhar à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) pedido oficial para fabricação e comercialização da vacina. O objetivo inicial é produzir 3 milhões de doses da vacina por ano, quantidade suficiente para atender à demanda nacional. O custo estimado para cada dose é de US\$ 5,00, cerca de 30% a menos que o preço pago atualmente pelo governo federal.

PARÁ

O Pará está sendo conceituado pelo Ministério da Saúde (MS) e pela Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) como "modelo no combate às doenças endêmicas". Por isso, o coordenador do Núcleo de Endemias da Secretaria Executiva de Saúde Pública (Sespa), Bernardo Cardoso,

esteve em Manaus, no início de setembro, participando, como conferencista, de um encontro de profissionais capacitados em resolução de doenças endêmicas. Técnicos do Instituto Evandro Chagas também participaram da reunião. Bernardo Cardoso destacou que a Malária e a Doença de Chagas estão em evidência no norte do país. Em Manaus, estão sendo registrados em média 400 casos de Malária por dia, o que assusta os demais Estados da região; enquanto o Pará, embora tenha 32 municípios classificados como "prioritários" por apresentarem vários casos de Malária, já registrou este ano 60.299 casos nos 143 municípios, contra 109.611 no ano passado.

A maior dificuldade dos Estados para melhorar o controle das endemias é a falta de equipamentos e recursos humanos, apesar de contarem com a parceria dos municípios e do próprio governo federal.

MINAS GERAIS

Debater as conseqüências dos processos judiciais envolvendo medicamentos de alto custo foi o objetivo de uma mesa-redonda realizada no dia 22 de setembro, durante o 8º Congresso de Farmácia e Bioquímica do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Com o tema "Medicamentos de alto custo: a judicialização

é a melhor via?", o evento contou com as presenças de representantes da Secretaria Estadual de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde, do Ministério Público e do Poder Judiciário.

Mesmo com a política do governo de fornecer gratuitamente uma série de remédios excepcionais, são muitos os casos em que um paciente entra na Justiça para obter o medicamento em questão. O Subsecretário Estadual de Saúde, Marcelo Gouveia, apresentou um painel sobre as ações realizadas pela SES desde o início da atual gestão, em janeiro de 2003. "O Governo de Minas gastou R\$ 25 milhões com medicamentos excepcionais em 2003. No ano seguinte, este número pulou para R\$ 73 milhões, representando 50% do total gasto em Minas na área", enfatizou. "São 40 mil pessoas beneficiadas com o Programa em todo o Estado". Mesmo com o investimento, em 2004, foram 1.050 mandados judiciais para fornecimento de medicamentos não-abrangidos pelo Programa, segundo Marcelo Gouveia.

5 e 6 de outubro

Reunião do Conselho Nacional de Saúde – Brasília/DF



19 de outubro

Assembléia do CONASS – Brasília/DF



20 de outubro

Reunião da Comissão Intergestores Tripartite – Brasília/DF

23 de outubro

Referendo – Desarmamento

Acesse o *site* do CONASS e veja as edições anteriores do Consensus e todos os livros “CONASS documenta” que já foram publicados!

www.conass.org.br



PRESIDENTE: Marcus Pestana (MG). **VICE-PRESIDENTES:** Fernando Cupertino (GO); Fernando Dourado (PA); Jurandi Frutuoso (CE); Luiz Roberto Barradas (SP); e Osmar Terra (RS). **SECRETÁRIOS ESTADUAIS DE SAÚDE:** Anselmo Tose (ES); Augustinho Moro (MT); Cláudio Xavier (PR); Eugênia Glaucy Moura Ferreira (RR); Fernando Cupertino (GO); Fernando Dourado (PA); Gentil Porto (PE); Gilson Cantarino (RJ); Gismar Gomes (TO); Helena Maria Duailibe Ferreira (MA); José Antônio Alves (BA); José Geraldo Maciel (DF); José Lima Santana (SE); Jurandi Frutuoso Silva (CE); Kátia Born (AL); Luiz Eduardo Cherem (SC); Luiz Roberto Barradas Barata (SP); Marcus Vinícius Pestana (MG); Matias Gonsales Soares (MS); Milton Luiz Moreira (RO); Osmar Terra (RS); Reginaldo Tavares de Albuquerque (PB); Ruy Pereira (RN); Suelly de Souza Melo (AC); Tatiana Vieira Sousa Chaves (PI); Uilton José Tavares (AP); e Wilson Duarte Alecrim (AM). **SECRETÁRIO EXECUTIVO:** René Santos. **ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO:** Adriane Cruz e Vanessa Pinheiro. **ASSESSORIA TÉCNICA:** Déa Carvalho, Gisele Bahia, Júlio Müller, Lore Lamb, Márcia Huçulak, Regina Nicoletti, Rita Cataneli e Viviane Luiz. **APOIO ADMINISTRATIVO:** Adriano Salgado, Carolina Abad, Júlio B. C. Filho, Luciana Tolêdo Lopes, Luciléia de Souza Santos, Paulo de Paiva Arbués e Sheyla Ayala. **CÂMARAS TÉCNICAS:** Assistência Farmacêutica; Atenção à Saúde; Epidemiologia; Gestão e Financiamento; Informação e Informática; Recursos Humanos; e Vigilância Sanitária.